

O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA E SEUS USOS A PARTIR DO PROCESSO DE ESCOLHA

Luciano Oliveira¹

Resumo: O presente estudo investigou os modos de usos do livro didático de língua portuguesa a partir do processo escolha. Como procedimento metodológico, foi adotado o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Lefevre e Lefevre (2005) por meio da análise de questionários respondidos por professores de cinco escolas da rede pública de ensino, pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa- PR. Tendo caráter qualitativo esta pesquisa teve como suporte teórico Chartier (2002, 2009), Batista e Val (2004), Geraldi (2006), Silva (1988,1993,1996) e Heller (1989). Constatou-se através da análise dos dados do material empírico, que as práticas de trabalho dos professores de língua portuguesa em sala de aula, estão ancoradas no livro didático, direta ou indiretamente, e daí parte a pluralidade dos usos. Verificou-se também, que há descompasso entre o que apregoam os documentos legais relacionados ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e o processo de escolha ocorrida nas escolas públicas da rede estadual de ensino. Cumpre destacar a partir desta investigação, que para melhoria da qualidade de ensino, é necessário dar espaço e tempo para discussão sobre a Política do livro didático, o papel que desempenha o Estado brasileiro em relação a parceria com as editoras privadas, bem como os usos do livro didático em escolas públicas.

Palavras-chave: Política Pública do livro didático; Livro didático; Modos de uso; Práticas dos docentes.

Abstract: The present study investigated ways of usage of Portuguese language textbook from the process of choice. As a methodological procedure, the Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) by Lefevre e Lefevre (2005) was consulted, through analysis of questionnaires completed by teachers from five schools in the public school system belonging to the Núcleo Regional de Ponta Grossa- PR. As a quality research support we used Chartier (2002, 2009), Batista e Val (2004), Geraldi (2006), Silva (1988,1993,1996) and Heller (1989) for theoretical support. It was found, by analyzing the data of the empirical material, that the working practices of teachers of Portuguese language in the classroom, are anchored in the didactic book directly or indirectly, starting a plurality of uses. It was also found that there is mismatch between what the legal documents related to the Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) preach and the choosing process that took place in the public schools of the state education system. It is worth noting that to improve the quality of education we need to give space and time for discussion about the policy of the textbook, the role played by the Brazilian government in relation to partnership with the private publishers, as well as the uses textbook in public schools.

Keywords: Textbook Public Policy ; Textbook; Modes of usage; Practices of teachers.

¹ Doutorando em Educação pela Unicamp. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
E-mail: lucianovidafeliz@hotmail.com

Introdução

Este artigo traz uma discussão sobre os usos do livro didático de língua portuguesa pelos professores da rede pública de ensino. Uma das hipóteses levantadas foi verificar em que medida o Programa Nacional do Livro Didático tem suas diretrizes concretizadas nas práticas de utilização do livro didático pelos professores. De que modo a Política Pública repercute no cotidiano da escola especialmente nos usos dos livros pelos professores? Para ir ao encontro desta questão, corroboraram dois aspectos imbricados entre si, a saber: um relaciona-se ao papel que o Estado desempenha nesta política e o outro refere-se à própria utilização do livro didático de língua portuguesa pelos professores. A pesquisa realizou-se num contexto de processo de escolha do livro, assim, o primeiro debate será permeado por tal reflexão, em seguida, o foco será nos modos de usos do material didático.

Discutir a questão das práticas de usos do livro e a política do livro didático no Estado brasileiro implica considerá-los também dentro de um contexto histórico, político e econômico (FREITAS, 1987). Desta forma, no artigo apresentaremos um breve panorama dos aspectos históricos e políticos relacionados ao Programa Nacional do Livro Didático e logo em seguida, discutiremos sobre as categorias de usos do livro didático advindas do Discurso do Sujeito Coletivo, observadas por meio do procedimento metodológico adotado.

1 – O debate sobre a política pública do livro didático

As políticas públicas são consideradas como o Estado em ação, pois são elas que dão visibilidade e materialidade ao Estado (AZEVEDO, 2001). Assim, ao percorrer a política do livro didático verificamos as diferentes formas como aparece o livro didático na agenda da política pública educacional, reconhecendo o papel que o Estado foi desempenhando em cada momento histórico, pois:

O Estado não pode deixar de ser integrado como um elemento chave na análise das políticas educativas. No entanto, vários autores têm assinalado que a presença do Estado é bastante tênue na análise educacional, notando-se mesmo, em muitos trabalhos, uma total ausência de qualquer das diferentes perspectivas teóricas que a ele podem ser referenciadas. (AFONSO, 2000, p. 95),

As discussões referentes às políticas do livro didático iniciaram-se sob a égide do governo Washington Luís (1926 -1930), com a criação de um órgão para legislar sobre as políticas do livro didático, que foi chamado Instituto Nacional do Livro (INL). Esse órgão contribuiu para maior legitimação do livro didático nacional e conseqüentemente auxiliar no aumento de sua produção (OLIVEIRA, 1984), no entanto, será somente a partir de 1934 que o livro, enquanto material didático oferecido gratuitamente, estará na agenda das políticas públicas (CURY, 2009).

No governo Vargas, especificamente em 1938 foi instituído o decreto Lei 1.006/38, que além da definição do livro didático também cria a (CNLD) Comissão Nacional do Livro Didático, que certamente vinha ao encontro da lógica do Estado naquele momento, que era de controle político ideológico (CURY, 2009). Ao analisar a questão dessa Comissão (FIGUEIRAS, 2013) enfatiza o caráter dessa política, que se inseria em um projeto educacional mais amplo e procurava também organizar o ensino secundário.

Refletindo sobre os produtos da cultura, neste caso os livros didáticos, menciona que eles fazem parte de um processo social mais amplo, pois ao usar determinado objeto, também estamos nos envolvendo em uma relação social anônima com os editores e outros profissionais que trabalharam para que aquele determinado livro torne-se um livro didático, com um significado mais específico dentro do processo de ensino aprendizagem (APPLE, 1995).

Alguns autores² refletem sobre o livro didático o categorizando como mercadoria, além de destacar aspectos sobre a questão da indústria cultural. Neste sentido, o autor analisa sobre a constituição desse material do ponto de vista editorial, a questão da política pública com interlocução com os aspectos pedagógicos de seu uso. Pode-se afirmar, com relação ao papel do Estado com relação a política educacional nesta época, que:

A política educacional do Estado Novo não se limita à simples legislação e sua implantação. Essa política visa, acima de tudo, transformar o sistema educacional em um instrumento mais eficaz de manipulação das classes subalternas (FREITAG, 1979, p. 52).

A época de 1938 a 1945 vai caracterizar-se, portanto, como inócua com relação a uma política que contribua efetivamente com a melhoria do ensino no que diz respeito ao

² MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. *Pro-Posições*, [online]. vol. 23, n.3, p. 51-66, nov.2012.

material didático. No ano de 1945 com o fim do Estado Novo, a reabertura política e a saída de Gustavo Capanema do Ministério da Educação, dois decretos sobre o livro didático foram sancionados: o decreto nº 8.222, de 26 de novembro de 1945, que modificava o processo de autorização de livros didáticos e o decreto lei nº 8.460. A partir do decreto nº 8.460 foram redimensionadas as funções da Comissão Nacional do Livro Didático, centralizando na esfera federal, o poder de legislar sobre o livro didático. Permanece, portanto, o controle das obras didáticas pelo Estado, monopólio de editoras na produção dos livros o que reflete em poucos avanços relacionados ao desenvolvimento de uma educação de qualidade e democrática (HOFLING, 2009).

Os anos de 1960 terão ainda alguns impasses sobre a política do livro didático, tanto relacionado a questão da especulação comercial como na proposta de projetos governamentais como os acordos. Em 1966 há um acordo entre o MEC e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o qual trata a criação da Comissão do livro técnico e Livro Didático (COLTED), por meio do decreto nº 59.355.

Na década de 1970 foi lançado pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo COLTED o livro intitulado "Utilização do Livro Didático". A COLTED ainda faz um relato dos aspectos que um bom livro didático devia apresentar. Aspectos tais como possuir uma capa de papel durável para resistir ao manuseio e com ilustrações atraentes para despertar a curiosidade do aluno. O período de 1971 até 1976 foi o de maior ressonância de atividades vividas pelo INL, onde parte significativa desse período esteve à frente do Ministério da Educação Jarbas Passarinho (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 1984).

Em 17 de abril de 1983 foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), pelo decreto nº 7.091, que absorveu os programas que eram de responsabilidade do FENAME, portanto, neste momento assume o PLID (Programa do Livro Didático) que se desenvolveu a partir de outros Programas (HOFLING, 1993). Em 1984, há a criação do Comitê de Consultoria para a área didático - pedagógica, composto de pesquisadores e políticos, que restringiu-se a sugestões, discutidas com o primeiro presidente da FAE.

Com a promulgação do decreto lei nº 91.542 de 1985 (HOFLING, 1993) é estabelecido a suposta garantia de autonomia do professor para a escolha do livro didático. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) decretado no ano de 1985 caracterizará pela abrangência tanto as séries iniciais como as séries finais do Ensino Fundamental.

O MEC, tende a atuar como um mediador entre os professores e a produção editorial, como um intermediário entre uma determinada demanda (a dos docentes) e uma determinada oferta de livros didáticos (aquela definida pelo campo editorial).

Apesar de conter apenas nove artigos o decreto nº 91.542 foi um marco relevante para a política do livro didático no Brasil, uma vez que representou certo avanço no processo de democratização no que se refere à distribuição de material didático aos alunos e a escolha do material pelo professor.

Será a partir de 1995 que o MEC propõe-se a desenvolver e executar algumas outras ações que vão ao encontro da melhoria da execução do PNLD e consequentemente da qualidade do livro didático. Essa nova mentalidade vem aliada a questão da Reforma do Estado dos anos de 1990. Assim, para manter a proposta daquela configuração de Estado democrático descentralizador a partir do decreto nº 91.542/85, o MEC articulou a participação das equipes de intelectuais pesquisadores para avaliação do livro didático. Esse tipo de Estado tem como base a “descentralização, a dupla democratização, a renovação da esfera pública por meio da transparência, a eficiência administrativa, mecanismos de democracia direta e o governo como administrador de risco (GIDDENS, 2001)”.

O Estado nesta perspectiva postula a ideia do rigor nas avaliações e a preocupação com a qualidade do ensino. Ao mesmo tempo em que o Estado legitima a sua hegemonia ele é parte dela. “Na formação de um consenso para o desenvolvimento capitalista, a responsabilidade decisiva dessa função legitimadora cabe aos intelectuais, tanto dentro quanto fora do Estado (CARNOY, 1988, p. 12)”. Dentro dessa perspectiva sobre a política do livro didático dos anos de 1990:

As políticas públicas desenvolvidas a partir da segunda metade de 1990 geraram, ao que tudo indica, fortes repercussões na produção, na escolha e na utilização de livros didáticos. No caso dos livros didáticos foi reformulado o PNLD e, dentre outras medidas, instituiu um processo de avaliação prévia de livros a serem escolhidos por professores e adquiridos pelo Programa (BATISTA; COSTA VAL, 2004, p. 9-10).

Ao buscar aprimorar o PNLD, o MEC sugeriu reformulações, fornecendo subsídios para este aspecto. Assim, foi constituído um grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, e participaram técnicos do FNDE, além dos coordenadores da avaliação dos livros didáticos das diversas áreas de ensino. Esse

trabalho foi baseado em dados do Programa seja em suas dimensões pedagógicas, editoriais e políticas e resultou em um documento preliminar.

Em 2001 o PNLD começa atender de maneira gradativa alunos com necessidades especiais, esse programa é realizado em parceria com a Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação.

2 – Análise dos dados obtidos por meio do discurso do sujeito coletivo

Para a presente investigação foi elaborado um questionário com 10 questões semiestruturadas sobre o processo de escolha e usos do livro didático, para que os professores de língua portuguesa de 5 escolas públicas dos anos finais do Ensino Fundamental a respondessem. Essas questões envolviam perguntas relacionadas tanto à forma como foi realizado o processo de escolha do livro didático em suas respectivas escolas, como as práticas de utilização do livro didático por eles. A partir da coleta desse material, intitulamos as respostas individualizadas dos professores de discursos individuais (DI) e a partir dos aspectos comuns obtidos por meio das respostas dos sujeitos de modo coletivo, intitulamos como discurso do sujeito coletivo (DSC).

Na organização do material empírico (tratamento dos dados) primeiramente agrupamos os discursos individuais (DI) dos professores, por sua similitude, em um discurso único, a partir da ideia central que emergia das respostas desses sujeitos. Nesse discurso único, conservou-se a essência das respostas dos entrevistados e a denominamos de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Após a elaboração e organização do Discurso do Sujeito Coletivo, emergiram categorias descritivas sobre o processo de escolha do didático as quais destacamos os usos do livro, aspecto esse que está imbricado com outros, como formas de organização o processo de escolha, critérios que os professores consideram mais importantes no processo de escolha do livro, dificuldades nesse processo entre outros. Entendemos por usos do livro didático tanto as práticas de leituras desse material feitas tanto pelo professor como pelo aluno, quanto a multiplicidade nas formas como ele é utilizado pelos docentes e discentes nas escolas públicas investigadas (CHARTIER, 2009).

O Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE, 2000) é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, entrevistas e

questionários. As ideias centrais descrevem em cada resposta e também em seu conjunto sentidos semelhantes e/ou complementares conforme as escolhas do pesquisador. O Discurso do Sujeito Coletivo (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005) é uma proposta explícita de reconstituição de um ser ou entidade empírica coletiva, opinante na forma de um sujeito de discurso emitido na primeira pessoa do singular. Desta forma, optamos por manter nas respostas dos sujeitos a primeira pessoa do singular, embora essas representem uma entidade empírica coletiva. Essas respostas neste trabalho estão em itálico para uma melhor visualização dos discursos.

A organização do discurso dos sujeitos evidenciou que há posicionamentos divergentes com relação às formas de organização do processo de escolha do livro didático, há aqueles em que o processo ocorre de forma individual, fragmentada como quando alguns professores dizem que o processo “tem acontecido sempre da mesma forma: sem reunião prévia com professores da área, cada professor faz sua avaliação e anota numa ficha que fica exposta na sala dos professores”. Mas, também há posicionamentos que evidenciam um processo mais democrático, “acredito que este processo vem sendo mudado para melhor, já que temos tido mais tempo para a escolha e o material tem sido disponibilizado nas escolas, tanto na internet, quanto pelas editoras para ser visto e analisado pelos professores”.

Esses depoimentos trazem em seu conteúdo o fato de que em algumas escolas mesmo considerando as várias dificuldades de ordem estruturais ou pedagógicas, o processo de escolha vem sendo realizado de modo democrático e tem melhorado a cada nova escolha, o que não indica efetivamente sintonia com o que menciona o Guia do livro didático sobre a escolha.

O Guia oferece uma série de critérios os quais considera importantes no processo da escolha do livro. A “falta de tempo” ou a dificuldade que escola tem em organizar o seu trabalho interno impede que a escolha seja realizada através de um processo de discussão, assim os professores se manifestam, um dos professores ao comentar sobre o último processo de escolha afirma “há quatro anos, fizemos a escolha do livro didático de língua portuguesa e não nos foi disponibilizado tempo algum para análise e escolha dos livros, em nenhuma das escolas em que leciono”. Outro discurso evidencia a precariedade da forma como foi realizado o processo de escolha do livro: “No último processo de escolha, que ocorreu no mês de julho, foi disponibilizado um tempo. Primeiramente os professores da

disciplina de língua portuguesa reuniram-se para decidir qual livro escolher. Levamos em torno de 30 minutos, depois das palestras, para fazer a escolha”.

Neste aspecto, independentemente do lugar que ocupamos na sociedade temos uma vida cotidiana. É possível afirmar sobre o conceito de vida cotidiana no conjunto das relações do ser humano com a sociedade:

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja o seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais ‘insubstancial’ que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente (HELLER, 1989 p. 17).

Nessas atividades cotidianas, de uma instituição escolar caracteriza-se pela heterogeneidade das diferentes atividades que os professores, coordenadores e diretores assumem relacionados aos aspectos burocráticos, que muitas vezes exigem a obediência a prazos e atendimentos a demandas dos escalões superiores. Isso interfere sobremaneira na disposição dos professores para participarem das reuniões promovidas fora da escola “se o professor quiser ir à reunião ofertada pelas editoras, irá fora de seu horário de aula”.

No discurso dos sujeitos a opção por textos curtos nos livros didáticos, caracteriza a preocupação dos professores com o cumprimento de prazos. Esse fator de ordem burocrática, acaba por imprimir ao ensino de língua materna o aligeiramento do estudo dos textos. Pela própria característica do livro didático atual que é elaborado sob medida, com o objetivo de apoio, não possibilita ao Estado aprovar obras que eventualmente apresentem gêneros textuais mais longos. Por ser um produto sob encomenda o livro didático vem caracterizado conforme as exigências propostas nos editais do PNLD.

De acordo com o posicionamento verificado no DSC, há alguns problemas ainda verificados nos livros didáticos, como a não apresentação de textos ou atividades de acordo com as expectativas dos professores. Com relação ao formato é considerado inadequado com relação ao peso e a quantidade de conteúdos, “os livros são pesados em duplo sentido, pois poderia ser mais objetivo, conciso, menos complexo”, além da má distribuição deles ao longo da obra.

No discurso dos professores há relatos das práticas realizadas com relação ao problema da falta de livros didáticos ou quando os alunos não o levam às aulas “em outra escola que trabalho, deixamos 15 livros na escola, como reserva para eventuais problemas,

como no caso do aluno não trazer o livro. Acredito que se adotássemos esse procedimento em todas as escolas não aconteceria tantos problemas com relação ao livro didático e sua utilização”.

Tais constatações corroboram para a justificativa de que o processo de escolha do livro didático é complexo e exige o envolvimento de outros aparatos do sistema de ensino como o Estado, os representantes legais desse nas secretarias, nos Núcleos Regionais de Educação ou Gerencias educacionais e nas escolas bem como os profissionais que trabalham diretamente com o livro nas escolas.

Ao tratar sobre os documentos utilizados para o processo de escolha alguns discursos evidenciaram a preferência pela utilização do próprio livro didático em detrimento de outros materiais como exemplo, o Guia do livro didático: “com certeza, é melhor analisar o próprio livro, pois pode ocorrer incoerência entre o que diz o guia e o que traz o livro didático. O manuseio do próprio livro permite verificar a qualidade do material do qual ele é feito. Folheá-lo possibilita verificar se ele condiz ou não com as propostas pedagógicas estabelecidas na escola. A resenha do Guia apresenta apenas fragmentos dos livros. Não mostra amplamente a complexidade da coleção, apresenta a obra superficialmente, a aparência. Por isso, acredito que sempre é melhor ter o objeto livro para fazer uma análise mais aprofundada e uma escolha mais acertada. Este ano, para a escolha do livro didático não tivemos, na nossa escola, acesso ao Guia. Mas, como tivemos acesso a outros materiais, isso foi suficiente para a escolha. Prefiro analisar o próprio livro. É mais rico”.

Os professores enquanto atores e usuários de uma forma de cultura letrada tecem significados sobre esse material a partir de sua recepção em relação a própria política do livro didático (CHARTIER, 2002).

Um dos dados trazidos pelo DSC dos professores dista daquilo que apresenta o Guia com relação ao nível de aprendizado dos alunos das 5ª séries ou 6º anos. No discurso aparece: “Nem todos os alunos chegam na 5ª série alfabetizados e por isso não sabem utilizar o livro”.

Todos os aspectos tratados anteriormente nos permitem relacionar o processo de escolha do livro didático aos usos do material propriamente dito em sala de aula. Sobre as práticas de usos do livro didático no DSC aparece a importância da preparação das aulas para além do livro e das adaptações feitas quando esses não são suficientes ou não estão

em conformidade com os escolhidos, “não pode ser o único instrumento de trabalho do professor, nem seguidos à risca, buscamos também outras fontes”.

Pelo DSC dos professores é possível verificar que não há um livro didático ideal, mas enfatizam da necessidade dele em sala de aula. O livro didático desta forma se apresenta como complexo e polissêmico. O livro didático às vezes é o único material didático para uso em sala de aula, desta forma os professores afirmam sobre a utilização do livro didático (SAVELI, 2007), “a utilização é boa pelo fato de muitas vezes, não termos outras opções de uso de material didático”.

Nas adaptações de uso do livro didático feito pelos professores em suas práticas cotidianas de ensino para atender aos objetivos a serem atingidos na disciplina de língua portuguesa, tornam-se distorcidas e simplificadas o que desfavorece um trabalho adequado conforme as propostas de atividades do livro didático (SANTOS, 2009).

Alguns autores,³ entre outros, encaram o livro didático enquanto suporte, uma brochura de papel ou não, com certo formato, que reúne textos e imagens de diversos tipos. Buzen (2005) o encara enquanto gênero do discurso com a presença de um conjunto de textos que são de outras áreas da vida social, mas admite também o livro enquanto um discurso do autor, inserido num projeto didático do autor com a finalidade de atingir um certo professorado e alunado.

Essas são posições que devem ser consideradas, mas o livro didático deve ser encarado enquanto um objeto educacional complexo que envolve um projeto mais amplo, também político, que pode adquirir diferentes significados a partir de diferentes apropriações (CHARTIER, 2002) e que está condicionado a demandas de ordem econômica, política e cultural.

De acordo com o DSC os professores mostram-se flexíveis com relação à utilização de outros materiais além do livro didático e citam a importância do tradicional giz e quadro, “se não houvesse o livro didático utilizaríamos outros recursos como jornais, outros livros como os paradidáticos, revistas, pen drive, pesquisas pessoais na internet, multimídia, textos xerografados que trabalhem com conceitos gramaticais em sintonia com as Diretrizes, o planejamento anual e diário da disciplina.”

³ MARCUSCHI, Luis Antônio. *Gêneros e suporte: a identidade de gênero no livro didático*. Apresentação no II Simpósio de Estudos dos Gêneros Textuais (SIGET) União da Vitória, Paraná, 2004.

Uma vez que tais livros foram aprovados pelas equipes de avaliadores do MEC a partir de inúmeros critérios e passam a compor o Guia do livro didático é necessário debater o papel dos professores nesse processo de escolher livros já escolhidos.

Alguns autores refletem também sobre a formação do aluno leitor literário, e verificam nos livros didáticos o tratamento dispensado a alguns gêneros textuais como os poemas, ao tomar como base os documentos do Projeto Integrado de Pesquisa, “O livro didático de Língua Portuguesa no ensino fundamental: Produção, perfil e circulação, CNPq/IEL-UNICAMP/CEALE-UFMG, e coleções de língua portuguesa enfatizam que as coleções não favorecem a formação do leitor literário (PADILHA, 2005). Outras pesquisas corroboram pra perceber também o processo de escolha do livro didático de língua portuguesa e as implicações do uso deste (OLIVEIRA, 2011).

Com relação às práticas de leitura efetivadas ou não pelos professores não devem ser atreladas apenas ao uso ou não do livro didático. Assim, um dos aspectos fundamentais no desenvolvimento de práticas de leitura com a utilização do livro didático relaciona-se fundamentalmente com o modo como o professor se apropria e faz uso do material. Mesmo que o livro ainda tenha melhorado nos aspectos de qualidade de atividades de práticas de leitura, ainda permanece uma prática estruturalista, pois às vezes há uma ênfase exagerada nos materiais didáticos e ao processo de escolha e não ao uso “os livros podem ser de grande valia para a leitura, se bem escolhidos e analisados”.

As práticas de leitura na escola encontram-se em uma concepção estruturalista, onde há “muita soletração e pouca leitura” e que uma das razões é provocada pela “importância que se dá aos manuais didáticos” (SAVELI, 2007, p. 108). Da mesma forma, é importante destacar sobre a questão da leitura como descoberta dos porquês da vida e que ultrapasse uma visão tradicional afirma:

E tudo isso deve estar ancorado numa concepção de leitura que não a veja como simples resposta passiva e mecânica, bem à moda behaviorista, mas, a passos largos, considere-a enquanto um processo dinamizador da produção de sentidos por um grupo de pessoas, enquanto transação ou interação entre leitor e diferentes tipos de texto. A passos largos é preciso que se saiba traduzir essa concepção da leitura em programas significativos de ensino, que resultem na transformação, na emancipação, na libertação dos leitores (SILVA, 1996, p. 15).

Com relação à recepção do livro didático pelos alunos no DSC dos professores aparece a preocupação com o excesso de textos “o excesso de textos e as propostas de

dinâmicas que constam no livro didático estão fora da realidade dos alunos de nossa escola, descontextualizadas. Isso torna o livro didático prolixo e cansativo”. Tal discurso vai ao encontro da perspectiva da pesquisa de alguns autores que discutem sobre o uso intensivo do livro didático nas atividades de leitura e reflexão linguística de modo precário, bem como o não uso nas atividades de linguagem oral (DAMASCENO, 2006).

Considerações finais

O texto objetivou discutir os modos de uso do livro didático a partir do processo de escolha. Evidenciamos que a prática do professor tem cada vez mais se tornado o grande determinante na escolha do livro didático, adquirindo um elemento decisivo nesse processo. Deste modo, também foi considerado refletir sobre o papel do Estado brasileiro exercido neste processo, sendo que este a partir dos questionários respondidos foi de centralizador da política. Verificou-se que o Estado catalisou intelectuais e grupos de diferentes matizes ideológicas para empreender das esferas públicas com vistas a garantir a legitimidade da ação estatal. Assim, verificou-se que o livro didático tem certa credibilidade nas práticas dos docentes.

O produto livro didático desempenhou e continua a desempenhar um papel decisivo nos embates políticos estabelecidos entre o Estado e a sociedade civil à medida que atende a interesses de ordem econômica, social, política e religiosa de determinados grupos editoriais (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014).

Verifica-se ainda descompasso entre a política pública e as formas de realização do processo de escolha do livro didático de língua portuguesa nas escolas públicas e que ainda há desarticulação do Estado na efetivação de políticas educativas no Brasil, especialmente aqueles que se referem a livros. Também constata-se que o livro didático tornou-se um produto sob medida ao adequar-se aos critérios do Estado legitimando-se nas escolas públicas como apoio aos professores e que apesar de alguns avanços torna-se necessário retomar algumas problemáticas do PNLD verificadas a partir das pesquisas e que não estão sendo consideradas pelo Estado nas várias edições desse Programa.

O Guia do livro didático com pouca credibilidade ou ainda em desuso pelos professores apresenta-se com múltiplas formas de usos e configura-se como um instrumental receituário no processo de escolha do livro didático à medida que oferece

resenhas dos livros classificados pelos editais do PNLD. Não é utilizado o roteiro para análise e escolha de livros didáticos de Português, sugerida por ele e que nas palavras do próprio documento não só invalida como demanda outra, aquela realizada pelos profissionais nas escolas públicas. Cabe, portanto, ao Estado, rever o modo como apresenta o Guia do Livro Didático, uma vez que verifica-se também o seu desuso.

Mesmo que ocorresse um processo de escolha do livro tal como sugere o documento o GLD é provável que esses debates circulem apenas no âmbito das escolas, uma vez que o Estado não estabelece canais de comunicação que contribuam efetivamente para a melhoria do processo de escolha do livro didático via uma real autonomia dos professores nesse processo.

Os resultados desta pesquisa nos permitem, ainda, identificarmos a existência de formas de organização para o desenvolvimento dos processos de escolha do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que derivam das condições concretas da escola e, nesse sentido, se mostram distanciadas das expectativas apresentadas pelo Ministério da Educação nos materiais de divulgação e orientação desse programa como já apontadas por Batista (2001) e ainda não foram sanadas.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação Educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000. p.95.

AGNES, Heller. **O cotidiano e a história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

APPLE, Michel W. Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

AZEVEDO, Janete. **A educação como política pública**. 2.ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; VAL, Maria da Graça Costa (Orgs.). **Livros de Alfabetização e de Português**: os professores e suas escolhas. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004.

_____. **Recomendações para uma política do livro didático**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

BRASIL. Decreto nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. **Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 5 de jan. 1939. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 jun 2011.

_____. Decreto nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945. **Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 28 de dez. de 1945. Disponível em: < <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 jun 2011.

_____. Decreto nº 7.091, de 18 de abril de 1983. **Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 18 de abr. de 1983. Disponível em: < http://www.fiscolex.com.br/doc_90184_LEI_N_7_091_18_ABRIL_1983.aspx>. Acesso em: 6 jun 2011.

_____. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. **Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 20 de ago. de 1985. Disponível em: < http://www.abrelivros.org.br/abrelivros/01/index.php?option=com_content&view=article&id=39:decreto-no-91542-de-190885&catid=20:legislacao&Itemid=31>. Acesso em: 6 jun 2011.

_____. Decreto 59.355, de 4 de outubro de 1966. **Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66.** Diário Oficial da União, Brasília, 4 de out. de 1966. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 ago 2014.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 40 de 24 de agosto de 2004. **Dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.** Disponível em: < ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2004/res040_24082004.pdf>. Acesso em 12 ago 2014.

BUNZEN, Clecio. Construção de um objeto de investigação complexo: o livro didático de língua portuguesa. **Estudos Linguísticos XXXIV.** Campinas, SP: 557-562, 2005.

CARNOY, Martin. **Educação, Economia e Estado – base e superestrutura:** relações e mediações. São Paulo: Cortez, 1988.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da Escrita.** São Paulo: UBESPI, 2002.

_____. **Práticas de leitura.** 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade. 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O livro didático como assistência ao estudante. In: Revista **Diálogo Educacional**, Curitiba, v.9, n.26, p.119-130, jan/abr. 2009.

DAMASCENO, Angela Maria Reis Alves. **O uso do livro didático de português por professores do Ensino Fundamental**. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático: a conformação dos saberes escolares nos anos de 1940. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas, v. 13, n. 1 (31), p. 159-192, jan./abr. 2013.

FREITAG, et.al. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília: INPEP, 1987.

GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. 4.ed. São Paulo, Ática, 2006.

GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Notas para a discussão quanto a implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v.21, n.70, abr.2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 08 de ago. de 2009.

_____. Eloisa de Mattos. **A FAE e a execução da política educacional**: 1983-1988. Campinas, 1993. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação.

LEFEVRE, Fernando. **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem em pesquisa qualitativa. Rio Grande do Sul. EDUCS, 2000.

LEFEVRE, Fernando e LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Rio Grande do Sul. EDUCS, 2005.

MARCUSCHI, Luis Antônio. Gêneros e suporte: a identidade de gênero no livro didático. Apresentação no **II Simpósio de Estudos dos Gêneros Textuais (SIGET)** União da Vitória, Paraná, 2004.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, [online]. vol. 23, n.3, p. 51-66, nov.2012.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto. **A política do livro didático**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Summus Editorial, 1984.

OLIVEIRA, Luciano. **O processo de escolha do livro didático de língua portuguesa das séries finais do ensino Fundamental**. 2011, 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.

_____. Luciano de; Oliveira, Mariani Bandeira Cruz. Instituição Marista e a editora FTD no Brasil: uma discussão sobre sua trajetória no período de 1902 a 1917. **Faculdade Sant'Ana em Revista**. Faculdade Sant'Ana. Núcleo de Pesquisa, Extensão e Pós – Graduação. Ponta Grossa, PR, v.10, 2014. p. 135 a 144.

PADILHA, Simone de Jesus. **Os gêneros poéticos em livros didáticos do Ensino Fundamental: Uma abordagem enunciativo-discursiva**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SANTOS, Gabriel Cícero. **Livro didático de português: da proposta teórico-metodológica às adaptações no ensino da escrita**. Campina Grande, 2009. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Campina Grande.

SANTOS, Hérica Ribeiro. **O texto publicitário na sala de aula**. Maringá, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Maringá.

SAVELI, Esméria. Por uma pedagogia da leitura: reflexões sobre a formação do leitor. In: CORREA, Djane Antonucci Correa; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira (Orgs.). **Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SILVA, Ezequiel Teodoro. **Leitura e Realidade Brasileira**. 4 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **Leitura na escola e na biblioteca**. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1993.

_____. **A produção da leitura na escola: pesquisas x propostas**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

Recebido em 04/07/2016

Versão corrigida recebida em 01/08/2016

Aceito em 14/09/2016

Publicado online em 24/02/2017